

Revolução permanente – introdução e teses – texto definitivo para leitura no curso

Prefácio a edição francesa – 29 de março de 1930

O marxismo procede da economia mundial, considerada não como simples adição de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que, em nossa época, domina do alto os mercados nacionais. As forças produtivas da sociedade capitalista já ultrapassaram, há muito tempo, as fronteiras nacionais. A guerra imperialista não foi senão uma das manifestações desse fato. A sociedade socialista deveria representar, do ponto de vista da produção e da técnica, um estágio mais elevado que o capitalismo: pretender construir a sociedade socialista *no interior de limites nacionais* significa que, a despeito de triunfos temporários, fazemos as forças produtivas recuarem, mesmo em relação ao capitalismo. É uma utopia reacionária querer criar no quadro nacional um sistema harmonioso e suficiente, composto de todos os ramos econômicos, sem ter em conta as condições geográficas, históricas e culturais do país que faz parte da unidade mundial.

(...)

Para demonstrar, de maneira evidente, um dos mais grosseiros erros teóricos que servem de base à concepção de socialismo nacional, recentemente e consagrado aos problemas internos do comunismo americano. "Seria errôneo — diz Stalin, ao pronunciar-se contra uma das frações americanas — não levar em conta os traços específicos do capitalismo americano. O Partido Comunista, em sua atividade, não deve ignorá-los. Ainda mais errôneo, porém, seria basear a atividade do Partido nesses traços específicos, porque a atividade de todo partido comunista, o americano inclusive, deve basear-se não nos traços específicos do capitalismo de um país particular, mas nos *traços gerais* do capitalismo, que, no fundo, são *sempre os mesmos em todos os países*. É o que constitui o *internacionalismo dos partidos comunistas*. Os traços específicos formam apenas um *complemento* dos traços gerais." (O Bolchevique, n.º 1, 1930, pág. 8. As passagens em itálico foram grifadas por nós.) Essas linhas são de uma clareza absoluta. Querendo encontrar os motivos econômicos do internacionalismo, Stalin não fez senão motivar, na realidade, o socialismo nacional. Não é verdade que a economia mundial represente apenas a simples soma de frações nacionais uniformes. Não é verdade que os traços específicos não passem de um "*complemento* dos traços gerais", uma espécie de verruga no rosto. Na realidade, as particularidades nacionais formam a originalidade dos traços fundamentais da evolução mundial. Essa originalidade pode determinar a estratégia revolucionária por longos anos. Bastaria recordar que o proletariado de um país atrasado conquistou o poder muito antes que o dos países avançados. Essa simples lição histórica demonstra que, contrariamente às afirmações de Stalin, seria de todo errôneo basear a atividade dos partidos comunistas em alguns *traços gerais*, isto é, num tipo-modelo abstrato de capitalismo nacional. Não é verdade, de modo algum, que "o internacionalismo dos partidos comunistas" se baseia nisso. Na realidade, baseia-se na falência do Estado nacional, que é uma sobrevivência e que entrava o desenvolvimento das forças produtivas. Não se pode reorganizar nem mesmo compreender o capitalismo nacional sem encará-lo como parte da economia mundial. As particularidades econômicas dos diferentes países não têm uma importância secundária. Basta comparar a Inglaterra e a Índia, Os Estados Unidos e o Brasil. Os traços específicos da economia nacional, por mais importantes que sejam, constituem, em escala crescente, os elementos de uma unidade mais alta que se chama a economia mundial e que serve, afinal de contas, de base ao internacionalismo dos partidos comunistas. A definição estalinista da originalidade nacional como simples "complemento" do tipo geral, está em contradição flagrante, mas não fortuita, com a maneira de compreender (ou antes, de não compreender) a lei do desenvolvimento desigual do capitalismo. Como se sabe, Stalin a proclamara a lei fundamental, primordial,

universal. Com a ajuda dessa lei, transformada numa abstração, ele experimenta resolver todos os mistérios do ser. Mas — coisa espantosa — não chega mesmo a perceber que *a originalidade nacional representa o produto sumário e mais geral da desigualdade do desenvolvimento histórico*. É preciso ter uma ideia justa dessa desigualdade, compreender a sua importância e estendê-la ao passado pré-capitalista. O desenvolvimento mais ou menos rápido das forças produtivas, o caráter de florescimento ou, ao contrário, de definhamento de certas épocas históricas, como, por exemplo, a Idade Média, o regime das corporações, o absolutismo esclarecido, o parlamentarismo, a desigualdade no desenvolvimento dos diferentes domínios da economia, das diferentes classes, das diferentes instituições sociais, dos diversos elementos da cultura, tudo isso constitui os fundamentos das "particularidades" nacionais. A originalidade do tipo nacional e social não é senão a cristalização das desigualdades de sua formação.

(...)

Quando se examinam a Inglaterra e a Índia, como duas variedades extremas do tipo capitalista, chega-se à conclusão de que o internacionalismo dos proletariados inglês e hindu se funda na inseparável *interdependência* das condições, dos fins e dos métodos, e não na sua *identidade*. Os triunfos do movimento de libertação na Índia desencadeiam o movimento revolucionário na Inglaterra e vice-versa. Uma sociedade socialista autônoma não pode ser construída na Índia, nem na Inglaterra. Os dois países deverão fazer parte de uma unidade mais alta. Só isso constitui a base firme do internacionalismo marxista.

(...)

Mas, ao formular o prognóstico teórico da Revolução de Outubro, estávamos muito longe de pretender que o proletariado russo, depois de conquistar o poder, fizesse o antigo império dos czares perfeitamente o papel e a importância do poder do Estado. Este não é, de modo algum, um reflexo passivo dos fenômenos econômicos, como o descrevem os sociais-democratas fatalistas, servidores do Estado burguês. O poder pode adquirir uma importância enorme, reacionária ou progressista, e isso depende da classe que o exerce. Mas, o poder de Estado continua sendo, entretanto, uma resultante de caráter indireto. A passagem do poder das mãos do czarismo e da burguesia para as do proletariado não aboliu as leis nem a evolução da economia mundial. É verdade que, depois da revolução de Outubro, as relações econômicas da URSS com o mercado mundial se enfraqueceram durante um certo lapso de tempo. Seria, porém, cometer um grave erro querer generalizar um fato que não representa, em si, mais do que uma curta etapa da evolução dialética. A divisão mundial do trabalho e o caráter supra-nacional das forças produtivas modernas conservam sempre sua importância para a URSS, e essa importância se tornará cada vez maior, à medida que se acentuar o desenvolvimento econômico da União. Todo país atrasado, incorporando-se ao capitalismo, passou por diferentes fases de dependência para com os outros países capitalistas; essa dependência podia aumentar ou diminuir, mas a tendência geral da evolução capitalista foi sempre no sentido de um enorme desenvolvimento das relações mundiais, manifestando-se no crescimento do comércio exterior, no qual se acha incluído, naturalmente, o comércio de capitais. A dependência da Inglaterra em relação à Índia possui, certamente, um caráter qualitativo diverso do que possui a dependência da Índia para com a Inglaterra. Mas, essa diferença é determinada, em última análise, pela diversidade de suas forças produtivas, e não por seu grau de autonomia econômica. A Índia é uma colônia e a Inglaterra uma metrópole. Se, porém, a Inglaterra fosse, hoje, submetida a um bloqueio econômico, pereceria mais depressa do que a Índia. Aí temos, de passagem, uma ilustração demonstrativa da realidade da economia mundial.

(...)

As crises agudas da economia soviética nos lembram que as forças produtivas, criadas pelo capitalismo, não podem adaptar-se ao quadro nacional, só podendo ser coordenadas e harmonizadas de uma forma socialista num plano internacional. Em outras palavras, as crises da economia soviética representam alguma coisa de infinitamente mais grave que as moléstias

infantis ou de crescimento: são advertências severas do mercado internacional, ao qual "estamos subordinados e ligados — como dizia Lênin — e do qual não podemos separar-nos" (Discurso no XI Congresso do Partido, em 27 de março de 1922). Daí contudo, não se deve concluir mesquinamente como certos filisteus que falam da "irregularidade histórica" da Revolução de Outubro. A tomada do poder pelo proletariado internacional não pode ser um ato único e simultâneo. Toda resultante política - e a revolução é uma — tem sua dialética própria, que invade, numa irrupção violenta, o curso econômico mundial, sem abolir, porém, as leis mais profundas desta. A Revolução de Outubro é "legítima" *como primeira etapa da revolução mundial*, que se estende, necessariamente, através de dezenas de anos. O intervalo entre a primeira e a segunda etapa é muito mais longo do que o supúnhamos. Mas, não passa de um intervalo, que não pode ser transformado numa época de construção autônoma de uma sociedade socialista nacional.

(...)

O programa realista de um Estado operário isolado não deveria propor-se a atingir a "independência" em relação à economia mundial, nem muito menos construir uma sociedade socialista nacional "dentro do mais breve prazo". Seu objetivo será obter não os ritmos abstratos e máximos, mas os ritmos melhores, que derivassem das condições econômicas internas e mundiais, que consolidassem as posições do proletariado, que preparassem os *elementos nacionais* da sociedade socialista internacional do futuro, e que, ao mesmo tempo, e antes de tudo, melhorassem sistematicamente o nível de existência do proletariado e consolidassem sua união com as massas não-exploradoras do campo.

Prefácio a edição francesa – 30 de novembro de 1929

Os pontos essenciais da teoria da revolução permanente foram por mim formulados antes dos acontecimentos decisivos do ano de 1905. A Rússia caminhava para uma revolução burguesa. Entre os sociais-democratas russos da época (trazíamos todos, então, o nome de socialdemocratas), ninguém duvidava que marchássemos precisamente para uma revolução *burguesa*, isto é, para uma revolução provocada pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade capitalista e as anacrônicas relações de classe e de condição legadas pela época de servidão e da Idade Média. Lutando, nessa época, contra os narodniki (populistas) e os anarquistas, consagrei numerosos artigos e discursos à interpretação marxista do caráter burguês da revolução iminente. Esse caráter burguês da revolução não deixava, porém, prever que classes deveriam realizar as tarefas da revolução democrática e que forma tomariam, então, as relações entre classes. Era esse, no entanto, o ponto de partida de todos os problemas estratégicos fundamentais.

Plekhanov, Axelrod, Zasúlich, Mártov e, com eles, todos os mencheviques russos, partiam do ponto de vista de que o papel dirigente numa revolução burguesa só podia pertencer à burguesia liberal, na qualidade de pretendente natural do poder. Segundo esse esquema, cabia ao partido do proletariado o papel de ala esquerda da frente democrática: a socialdemocracia devia sustentar a burguesia liberal na luta contra a reação, mas defender, ao mesmo tempo, os interesses do proletariado contra a burguesia liberal. Por outras palavras, os mencheviques consideravam a revolução burguesa, sobretudo, como uma reforma liberal e constitucional. Lênin formulava o problema de modo inteiramente diverso. A libertação das forças produtivas da sociedade burguesa do jugo da servidão significava antes de tudo, para ele, a solução radical do problema agrário, no sentido de uma liquidação definitiva da classe dos grandes proprietários fundiários e de uma transformação revolucionária no domínio da propriedade fundiária. Tudo isso estava indissolúvelmente ligado à abolição da monarquia. Lênin colocara o problema agrário, que tocava nos interesses vitais da enorme maioria da população e que constituía, ao mesmo tempo, a base do problema do mercado capitalista, com uma audácia verdadeiramente

revolucionária. Uma vez que a burguesia liberal, que se opunha aos operários, estava ligada à grande propriedade fundiária por laços numerosos, a libertação verdadeiramente democrática da classe camponesa só podia realizar-se pela cooperação revolucionária dos operários e camponeses. Em caso de vitória, essa revolta comum contra o antigo regime devia acarretar, segundo Lênin, a instauração da "ditadura democrática do proletariado e dos camponeses". Essa fórmula é, hoje, repetida, na Internacional Comunista, como um dogma geral, sem que se procure fazer a análise da experiência histórica viva do último quarto de século. Como se não tivéssemos sido atores e testemunhas da revolução de 1905, da revolução de março de 1917 e, finalmente, da reviravolta de Outubro! No entanto, uma tal análise histórica é tanto mais necessária quanto o regime da "ditadura democrática do proletariado e dos camponeses" nunca existiu na realidade. Em 1905, Lênin falava, apenas, de uma hipótese estratégica que devia ainda ser verificada pelo curso real da luta de classes. A fórmula "ditadura democrática do proletariado e dos camponeses" tinha, sobretudo, e de caso pensado, um caráter algébrico. Lênin não resolvia, de antemão, a questão das relações políticas entre as duas partes da ditadura democrática eventual: o proletariado e os camponeses. Não excluía a possibilidade de serem os camponeses representados na revolução por um partido especial, independente não só da burguesia, mas também do proletariado, e capaz de fazer a revolução democrática unindo-se ao partido do proletariado na luta contra a burguesia liberal. Como veremos em seguida, Lênin admitia até que o partido revolucionário camponês formasse a maioria no governo da ditadura democrática. Desde o outono de 1902, pelo menos, isto é, desde a época da minha primeira fuga para o estrangeiro, me considerei discípulo de Lênin no que concernia ao papel decisivo da transformação agrária no destino da nossa revolução burguesa. Ao contrário do que rezam as lendas absurdas dos últimos anos, estava então perfeitamente convencido de que a revolução agrária e, por conseguinte, a revolução democrática, só podia realizar-se no curso da luta contra a burguesia liberal, pelos esforços conjugados dos operários e dos camponeses. Opunha-me, porém, à fórmula da "ditadura democrática do proletariado e dos camponeses", por achar que tinha o defeito de deixar sem resposta a pergunta: A qual dessas duas classes pertencerá a ditadura real? Procurava demonstrar que, a despeito de sua enorme importância social e revolucionária, os camponeses não são capazes de formar um partido verdadeiramente independente e, muito menos, de concentrar o poder revolucionário nas mãos desse partido. Em todas as revoluções passadas, a partir da Reforma alemã do século XVI e mais cedo ainda, os camponeses rebelados deram sempre seu apoio a uma das frações da burguesia das cidades, permitindo-lhe, muitas vezes, alcançar a vitória. Assim também, considerava eu que, em nossa revolução burguesa retardada, os camponeses, no momento supremo da luta, podiam prestar um auxílio análogo ao proletariado e ajudá-lo a tomar o poder. Cheguei, assim, à conclusão de que a nossa revolução burguesa só podia realizar de fato as suas tarefas no caso de o proletariado, apoiado pelos milhões de camponeses, concentrar em suas mãos a ditadura revolucionária. Qual seria o conteúdo social dessa ditadura? Antes de mais nada, sua missão consistiria em levar até o fim a revolução agrária e a reconstrução democrática do Estado. Em outras palavras, a ditadura do proletariado tornar-se-ia a arma com a qual seriam alcançados os objetivos históricos da revolução burguesa retardatária. Mas esta não poderia ser contida aí. No poder, o proletariado seria obrigado a fazer incursões cada vez mais profundas no domínio da propriedade privada em geral, ou, seja, empreender o rumo das medidas socialistas. — Mas, realmente acreditais que a Rússia já esteja madura para uma revolução socialista? — objetaram-se muitas vezes os Stalin, Rykov e outros Mólotov dos anos 1905-1917. Sempre respondi: não, não creio. Contudo, a economia mundial e a economia europeia em particular estão perfeitamente maduras para esta revolução. A ditadura do proletariado na Rússia nos conduzirá ou não ao socialismo? Em que ritmos e por quais etapas? Tudo isso dependerá do comportamento futuro do capitalismo europeu e mundial. Eis aqui os traços essenciais da revolução permanente, tal como ela se constituiu nos primeiros meses do ano de 1905.

(...)

A revolução permanente, na concepção de Marx, significa uma revolução que não transige com nenhuma forma de dominação de classe, que não se detém no estágio democrático e, sim, passa para as medidas socialistas e a guerra contra a reação exterior, uma revolução na qual cada etapa está contida em germe na etapa precedente, e só termina com a liquidação total da sociedade de classes. Para dissipar a confusão criada em relação à teoria da revolução permanente, é preciso distinguir três categorias de ideias que se unem e se fundem nela. De início, compreende o problema da passagem da revolução democrática à revolução socialista. Eis basicamente sua origem histórica.

A ideia da revolução permanente foi formulada pelos grandes comunistas dos meados do século XIX, Marx e seus discípulos, para enfrentar a ideologia burguesa que, como se sabe, pretende que, após o estabelecimento de um Estado "nacional" ou democrático, todas as questões podem ser resolvidas pela via pacífica da evolução e das reformas. Marx não considera a revolução burguesa de 1848 senão como o prólogo imediato da revolução proletária. Marx se "enganou". Mas seu erro era um erro de fato, não um erro de metodologia. A revolução de 1848 não se transformou em revolução socialista. Esta foi a razão pela qual não alcançou o triunfo da democracia. Quanto à revolução alemã de 1918, não era absolutamente o coroamento democrático de uma revolução burguesa: era uma revolução proletária decapitada pela socialdemocracia, para ser mais exato, pela *contrarrevolução* que, após sua vitória sobre o proletariado, foi obrigada a conservar as falaciosas aparências de democracia.

Segundo o esquema da evolução histórica elaborado pelo "marxismo" vulgar, cada sociedade chega, cedo ou tarde, a um regime democrático; então, o proletariado se organiza e faz sua educação socialista nesse ambiente favorável. Entretanto, no que concerne à passagem ao socialismo, nem todos a concebiam de modo idêntico: os reformistas confessos a encaravam sob o aspecto de reformas que dariam à democracia um conteúdo socialista (Jaurès); os revolucionários formais reconheciam o caráter inelutável da violência revolucionária no momento da passagem ao socialismo (Guesde). Mas, tanto uns como outros, consideravam a democracia e o socialismo, em todos os povos e em todos os países, como duas etapas não somente distintas, mas também muito distantes uma da outra na evolução social. Esta ideia predominava, de igual modo, entre os marxistas russos que, em 1905, pertenciam quase todos à ala esquerda da Segunda Internacional. Plekhánov, o brilhante fundador do marxismo russo, considerava como louca a ideia da possibilidade de uma ditadura proletária na Rússia contemporânea. Este ponto de vista era compartilhado não somente pelos mencheviques, mas também pela esmagadora maioria dos dirigentes bolcheviques, em particular pelos atuais condutores do partido. Eles eram então democratas revolucionários convictos, mas os problemas da revolução socialista lhes pareciam, tanto em 1905 como em véspera de 1917, o prelúdio obscuro de um futuro ainda longínquo.

A teoria da revolução permanente, renascendo em 1905, declarou guerra a esta ordem de ideias e a essa disposição de espírito. Ela demonstrava que, em nossa época, o cumprimento das tarefas democráticas, proposto pelos países burgueses atrasados, conduzia diretamente à ditadura do proletariado, que coloca as tarefas socialistas na ordem do dia. Nisto consistia a ideia fundamental da teoria. Enquanto a opinião tradicional considerava que o caminho para a ditadura do proletariado passa por um longo período de democracia, a teoria da revolução permanente proclamava que, para os países atrasados, o caminho para a democracia passa pela ditadura do proletariado. Por conseguinte, a democracia era considerada não como um fim em si, que deveria durar dezenas de anos, mas como o prólogo imediato da revolução socialista, à qual se ligava por vínculo indissolúvel. Desta maneira, tornava-se permanente o desenvolvimento revolucionário que ia da revolução democrática à transformação socialista da sociedade.

Em seu segundo aspecto, a "teoria da revolução permanente" caracteriza a própria revolução socialista. Durante um período, cuja duração é indeterminada, todas as relações sociais se transformam no transcurso de uma luta interior contínua. A sociedade não faz senão mudar de pele, sem cessar. Cada fase de reconstrução decorre diretamente da precedente. Os acontecimentos que se desenrolam guardam, necessariamente, caráter político, dado que assumem a forma de choques entre os diferentes grupos da sociedade em transformação. As explosões da guerra civil e das guerras externas se alternam com os períodos de reformas "pacíficas". As profundas transformações na economia, na técnica, na ciência, na família, nos hábitos e nos costumes, completando-se, formam combinações e relações recíprocas de tal modo complexas que a sociedade não pode chegar a um estado de equilíbrio. Nisso se revela o caráter permanente da própria revolução socialista.

Em seu terceiro aspecto, a teoria da revolução permanente implica o caráter internacional da revolução socialista que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes. A revolução socialista começa no âmbito nacional, mas nele não pode permanecer. A revolução proletária não pode ser mantida em limites nacionais senão sob a forma de um regime transitório, mesmo que este dure muito tempo, como o demonstra o exemplo da União Soviética. No caso de existir uma ditadura proletária isolada, as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente e ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas contradições. Sua salvação reside unicamente na vitória do proletariado dos países avançados. Deste ponto de vista, a revolução nacional não constitui um fim em si, apenas representa um elo da cadeia internacional. A revolução internacional, a despeito de seus recuos e refluxos provisórios, representa um processo permanente. A campanha dos epígonos é dirigida (sem ter, contudo, sempre o mesmo grau de clareza), contra os três aspectos da teoria revolução permanente. O que é muito natural, pois se trata de três partes indissolúvelmente ligadas e formando um todo. Os epígonos separam, mecanicamente, a *ditadura democrática* da *ditadura socialista*, do mesmo modo que separam a revolução socialista *nacional* da revolução *internacional*. Para eles, a conquista do poder nos quadros nacionais representa, na essência, não o ato inicial, mas sim o ato final da revolução: em seguida se abre o período de reformas que culmina na sociedade socialista nacional.

(...)

Como vou demonstrar mais adiante, as duas primeiras afirmações dos críticos são fundamentalmente falsas. Eu partia do caráter burguês e democrático da revolução russa e chegava à conclusão de que a própria acuidade da crise agrária poderia levar ao poder o proletariado da Rússia atrasada. Era precisamente essa ideia que eu defendia nas vésperas da revolução de 1905. Era essa a ideia encerrada na denominação de *revolução permanente*, isto é, ininterrupta, passando imediatamente da fase burguesa à fase socialista. Para exprimir a mesma ideia, Lênin adotou, mais tarde, a excelente expressão de *transcrescimento* da revolução burguesa em revolução socialista

Por outro lado, nunca neguei o caráter *burguês* da revolução, no sentido de suas tarefas históricas imediatas; só o neguei quanto a suas forças motrizes e a suas perspectivas

QUE É, AFINAL, A REVOLUÇÃO PERMANENTE? (TESSES)

Espero que o leitor não ache inconveniente em que, antes de terminar este trabalho, procure formular minhas conclusões essenciais de maneira concisa e sem receio de repetir.

1. A teoria da revolução permanente exige, na atualidade, a maior atenção da parte de todo marxista, uma vez que o desenvolvimento da luta ideológica e o da luta de classe fez o problema sair definitivamente do domínio das recordações de velhas divergências entre os marxistas russos, para apresentá-lo em ligação com o caráter, os laços internos e os métodos da revolução internacional em geral.
2. Para os países de desenvolvimento burguês retardatário e, em particular, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas *tarefas democráticas e nacionais-libertadoras* só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas.
3. Tanto a questão agrária como a questão nacional conferem ao campesinato, como enorme maioria da população dos países atrasados, um papel primordial na revolução democrática. Sem a aliança entre o proletariado e o campesinato, as tarefas da revolução democrática não podem ser resolvidas, nem mesmo ser colocadas a sério. Essa aliança das duas classes, porém, só se realizará numa luta implacável contra a influência da burguesia nacional-liberal.
4. Quaisquer que sejam as primeiras etapas episódicas da revolução nos diferentes países, a aliança revolucionária do proletariado com os camponeses só é concebível sob a direção política da vanguarda proletária organizada como partido comunista. Isso significa, por outro lado, que a vitória da revolução democrática só é concebível por meio da ditadura do proletariado apoiada em sua aliança com os camponeses e destinada, em primeiro lugar, a resolver as tarefas da revolução democrática.
5. Do ponto de vista histórico, a velha palavra de ordem bolchevique de "ditadura democrática do proletariado e dos camponeses" exprime exatamente as relações, acima caracterizadas, entre o proletariado, o campesinato e a burguesia liberal. Isso foi demonstrado pela experiência de Outubro. No entanto, a antiga fórmula de Lênin não previa quais seriam as relações políticas recíprocas entre o proletariado e o campesinato dentro do bloco revolucionário. Por outras palavras: a fórmula admitia, conscientemente, certo número de elementos algébricos que, no curso da experiência histórica, deviam dar lugar a elementos aritméticos mais precisos. E a experiência mostrou, em circunstâncias que excluem qualquer outra interpretação, que o papel do campesinato, por maior que seja a sua importância revolucionária, não pode ser independente nem, muito menos, dirigente. O camponês segue o operário ou o burguês. Isso significa que a "ditadura democrática do proletariado e dos camponeses" só é concebível como *ditadura do proletariado arrastando atrás de si as massas camponesas*.
6. Uma ditadura democrática do proletariado e dos camponeses, como regime diferente, quanto ao conteúdo de classe, da ditadura do proletariado, só seria realizável se pudesse existir um partido revolucionário independente que exprimisse os interesses da democracia camponesa e pequeno-burguesa em geral e, com o auxílio do proletariado, fosse capaz de conquistar o poder e determinar o seu programa revolucionário. A experiência de toda a história contemporânea e, sobretudo, da história da Rússia no transcurso dos vinte e cinco últimos anos, nos mostra qual é o obstáculo intransponível que se opõe à formação de um partido camponês. É a falta de

independência econômica e política da pequena burguesia (campesinato) e a sua profunda diferenciação interna que permitem a aliança de suas camadas superiores com a grande burguesia por ocasião dos acontecimentos decisivos, sobretudo por ocasião das guerras e das revoluções, enquanto as camadas inferiores se aliam ao proletariado, obrigando as camadas médias a escolher entre as duas forças. Entre o regime de Kerensky e o poder bolchevique, entre o Kuomintang e a ditadura do proletariado, não há nem pode haver nenhum regime intermediário, isto é, nenhuma ditadura democrática dos operários e dos camponeses.

7. Só pode ter um sentido reacionário a tendência da Internacional Comunista a impor, hoje, aos países do Oriente, a palavra de ordem de ditadura do proletariado e dos camponeses, há tanto tempo superada pela história. Oposta à de ditadura do proletariado, essa palavra de ordem contribui, politicamente, para a dissolução e a decomposição do proletariado nas massas pequeno-burguesas, criando, assim, condições favoráveis à hegemonia da burguesia nacional e, por conseguinte, à falência e ao desmoronamento da revolução democrática. Introduzir essa palavra de ordem no programa da Internacional Comunista só pode significar a traição ao marxismo e às tradições bolcheviques de Outubro.
8. A ditadura do proletariado, que sobe ao poder como força dirigente da revolução democrática, será colocada, inevitável e muito rapidamente, diante de tarefas que a levarão a fazer incursões profundas no direito burguês da propriedade. No curso do seu desenvolvimento, a revolução democrática se transforma diretamente em revolução socialista, tornando-se, pois, uma revolução Permanente.
9. Em lugar de pôr termo à revolução, a conquista do poder pelo proletariado apenas a inaugura. A construção socialista só é concebível quando baseada na luta de classe em escala nacional e internacional. Dada a dominação decisiva das relações capitalistas na arena mundial, essa luta não pode deixar de acarretar erupções violentas: no interior, sob a forma de guerra civil; no exterior, sob a forma de guerra revolucionária. É nisso que consiste o caráter permanente da própria revolução socialista, quer se trate de um país atrasado que apenas acabou de realizar sua revolução democrática, quer se trate de um velho país capitalista que já passou por um longo período de democracia e de parlamentarismo.
10. A revolução socialista não pode realizar-se nos quadros nacionais. Uma das principais causas da crise da sociedade burguesa reside no fato de as forças produtivas por ela engendradas tenderem a ultrapassar os limites do Estado nacional. Daí as guerras imperialistas, de um lado, e a utopia dos Estados Unidos burgueses da Europa, de outro lado. A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial. Por isso mesmo, a revolução socialista se converte em revolução permanente, no sentido novo e mais amplo do termo: só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o nosso planeta.
11. O esquema, acima traçado, do desenvolvimento da revolução mundial elimina a questão dos países "maduros" ou "não maduros" para o socialismo, segundo a classificação pedante e rígida que estabelece o programa atual da Internacional Comunista. Com a criação do mercado mundial, da divisão mundial do trabalho e das forças produtivas mundiais, o capitalismo preparou o conjunto da economia mundial para a reconstrução socialista. Os diferentes países chegarão ao socialismo com ritmos diferentes. Em determinadas circunstâncias, certos países atrasados podem chegar à ditadura do proletariado antes dos países avançados, mas só depois destes chegarão

eles ao socialismo. Um país atrasado, colonial ou semicolonial, cujo proletariado não esteja bastante preparado para conduzir o campesinato e conquistar o poder é, por isso mesmo, incapaz de levar a bom termo sua revolução democrática. Por outro lado, num país em que o proletariado chegue ao poder em virtude de uma revolução democrática, o destino ulterior da ditadura e do socialismo dependerá, afinal, menos das forças produtivas nacionais do que do desenvolvimento da revolução socialista internacional.

12. A teoria do socialismo num só país, brotada no estrume da reação contra Outubro, é a única que se opõe, de maneira consequente e definitiva, à teoria da revolução permanente. Ao tentarem os epígonos, compelidos pela crítica, limitar à Rússia a aplicação da teoria do socialismo num só país, por causa de suas peculiaridades (extensão territorial e riquezas naturais), as coisas só fazem piorar, em lugar de melhorar. A renúncia à atitude internacionalista conduz, inevitavelmente, ao *messianismo* nacional, isto é, ao reconhecimento de vantagens e qualidades peculiares ao país, capaz de lhe conferir um papel que os demais países não poderiam desempenhar. A divisão mundial do trabalho, a subordinação da indústria soviética à técnica estrangeira, a dependência das forças produtivas dos países avançados em relação às matérias primas asiáticas etc., etc., tornam impossível a construção de uma sociedade socialista autônoma e isolada em qualquer região do mundo.
13. A teoria de Stalin-Bukhárin não só opõe, mecanicamente, e a despeito de toda experiência das revoluções russas, a revolução democrática à revolução socialista, como separa a revolução nacional da revolução internacional. Colocando diante das revoluções dos países atrasados a tarefa de instaurar o regime irrealizável da ditadura democrática, oposta à ditadura do proletariado, essa teoria cria ilusões e ficções políticas, paralisa a luta do proletariado do Oriente pelo poder e retarda a vitória das revoluções coloniais. Do ponto de vista da teoria dos epígonos, a conquista do poder pelo proletariado constitui, por si só, a realização da revolução (em seus "nove décimos", segundo a fórmula de Stalin), e inaugura a época das reformas nacionais. A teoria da integração do kulak no socialismo e a teoria da "neutralização" da burguesia mundial são, por conseguinte, inseparáveis da teoria do socialismo num só país, equilibrando-se e caindo juntas. A teoria do nacional-socialismo degrada a Internacional Comunista, que fica reduzida ao papel de arma auxiliar na luta contra a intervenção armada. A política atual da Internacional Comunista, o seu regime e a escolha dos seus dirigentes correspondem perfeitamente à sua decadência e transformação num exército de emergência, que não se destina a resolver, de maneira autônoma, as tarefas que se lhe apresentam.
14. O programa da Internacional Comunista, obra de Bukhárin, é eclético do princípio ao fim. É uma tentativa desesperada de ligar a teoria do socialismo num só país ao internacionalismo marxista, que não pode, entretanto, ser separado do caráter permanente da revolução mundial. A luta da Oposição de Esquerda por uma política justa e um regime são na Internacional Comunista está indissolivelmente ligada à luta por um programa marxista. A questão do programa, por sua vez, é inseparável da questão das duas teorias opostas: a teoria da revolução permanente e a teoria do socialismo num só país. O problema da revolução permanente já ultrapassou, há muito tempo, o limite das divergências episódicas entre Lênin e Trotsky, inteiramente esgotadas pela história. Trata-se, agora, da luta entre as ideias fundamentais de Marx e de Lênin, de um lado, e o ecletismo centrista, de outro lado.